



**PAUTA  
PARA A 141ª SESSÃO ORDINÁRIA  
EM 29 DE SETEMBRO DE 2017**

**Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.**

**1ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 893, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Declara patrimônio cultural imaterial do Estado a "Congada de São Benedito de Cotia".

2 - Projeto de lei nº 894, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Dispõe sobre a preservação e os procedimentos de tombamento e de registro do patrimônio cultural de origem africana no Estado.

3 - Projeto de lei nº 895, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Assegura ao passageiro do transporte metropolitano e intermunicipal público, o embarque e transporte de bicicleta pessoal.

4 - Projeto de lei nº 896, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Torna obrigatória a instalação de coletores de água da chuva em obras realizadas pelo Poder Público.

5 - Projeto de lei nº 897, de 2017, de autoria da deputada Marta Costa. Declara a Assembleia de Deus Ministério Belém, como Patrimônio Cultural, Histórico e Turístico do Estado.

6 - Projeto de lei nº 898, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Dá a denominação de "Cordolino Bento de Oliveira" ao trevo de acesso situado no km 442 da Rodovia Armando de Salles Oliveira, em Olímpia.

7 - Projeto de lei nº 899, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado o "Templo de Candomblé Ilê Alaketu Asé Odé Akuerã", também conhecido como "Axé PV", em Barueri.

8 - Projeto de lei nº 900, de 2017, de autoria do deputado Pedro Tobias. Classifica Pongaí como Município de Interesse Turístico.

### **2ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 890, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação dos Estudantes de Peruíbe - AEP", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 891, de 2017, de autoria da deputada Beth Sahão. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival do Folclore", em Olímpia.

3 - Projeto de lei nº 892, de 2017, de autoria da deputada Beth Sahão. Altera a Lei nº 14.591, de 2011, que cria o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS.

4 - Moção nº 89, de 2017, de autoria do deputado Alencar Santana Braga e outros. Apela para o Sr. Presidente da República, a fim de que determine ao Ministério da Justiça e Segurança Pública o cumprimento da legislação que garante o justo ressarcimento dos legais e legítimos direitos das vítimas do Estado no período da Ditadura Civil-Militar brasileira, acatando liminarmente as decisões da Comissão de Anistia.

### **3ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 887, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Obriga os estabelecimentos bancários a divulgar às pessoas físicas o direito de opção das contas dos tipos corrente, poupança e digital, com rol de serviços essenciais, sem cobrança de tarifas.

2 - Projeto de lei nº 888, de 2017, de autoria do deputado Coronel Telhada. Autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento de pedágio os moradores dos municípios em cujo perímetro existam praças ou postos de pedágio sem vias alternativas adequadas.

3 - Projeto de lei nº 889, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Institui o "Dia do Respeito ao Idoso".

### **4ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 886, de 2017, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Dá a denominação de "Rodrigo de Pontes" ao trevo localizado no km 351 +

300 m da Rodovia - SP 055, em Peruíbe.

2 - Moção nº 87, de 2017, de autoria do deputado Carlos Cezar. Apela ao Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação, aos membros integrantes da Câmara de Educação Básica do referido Conselho, bem como ao Sr. Ministro da Educação para que sejam suprimidas do texto final do documento Base Nacional Comum Curricular - BNCC as expressões "identidade de gênero" e "orientação sexual".

3 - Moção nº 88, de 2017, de autoria do deputado Davi Zaia e outros. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes Partidários, a fim de que empreendam esforços no sentido de fortalecer a Comissão Especial que pretende ser formada no legislativo federal para tratar de sistema de governo, especialmente no apoio às propostas de emenda constitucional que tramitam no Congresso Nacional sobre a implantação do regime parlamentarista no Brasil.

### **5ª Sessão**

1 - Projeto de resolução nº 19, de 2017, de autoria do deputado Milton Vieira. Insere inciso VII ao artigo 141 da Resolução nº 576, de 1970, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 882, de 2017, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública o "Centro de Equoterapia de Jaguariúna - CEJ", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 883, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia Estadual do Parkinsoniano".

4 - Projeto de lei nº 884, de 2017, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica Pedranópolis como Município de Interesse Turístico.

5 - Moção nº 85, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Repudia os atos de intolerância religiosa e os inúmeros ataques que a população de matriz africana e todas as comunidades de terreiro vêm sofrendo em todo o país.

6 - Moção nº 86, de 2017, de autoria da deputada Márcia Lia. Apoia o povo Guarani Mbya do pico do Jaraguá, que teve anulada a declaração da demarcação de suas terras pela Portaria nº 683/2017, que anula a portaria nº 581/2015, do Ministério da Justiça.

**Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).**

### **2ª Sessão**

Projeto de lei nº 105, de 2017, de autoria do deputado Márcio Camargo. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa de São Sebastião", em Ibiúna. Parecer nº 1055, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação.

**Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).**

### **1ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 145, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Cortejo das Águas de Oxalá", realizada em Araras.

2 - Projeto de lei nº 241, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "São João de Caçapava", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 300, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Inclui no Calendário Turístico do Estado a Festa da Palha e do Milho de Sales Oliveira.

4 - Projeto de lei nº 363, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "As Águas de São Paulo".

5 - Moção nº 4, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Aplauda o Sr. "Alberto Turco Loco Hiar", ex-vereador, ex-deputado e empresário em reconhecimento às relevantes atuações empresariais em prol da moda brasileira.

6 - Moção nº 6, de 2017, de autoria da CPI Merenda. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine à Secretaria de Agricultura Familiar - SAF a elaboração de estudos e adoção de providências, no sentido de que sejam introduzidas modificações nas normas que dispõem sobre procedimentos específicos para a emissão, validação, cancelamento e exercício do controle social de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - DAP, com o intuito de

aprimorar e fortalecer a fiscalização das DAPs emitidas.

7 - Moção nº 34, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Apela para o Sr. Governador a fim de que revogue o Decreto nº 62.032, de 2016, que dispõe sobre a restrição de liberação dos recursos provenientes do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos somente após a conclusão do objeto ou após a medição de cada etapa concluída.

## **2ª Sessão**

Moção nº 59, de 2017, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como ao Ministro do Meio Ambiente, Presidente do Conama e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e ao Ministério Público Federal para que promovam as medidas necessárias à suspensão do fracking no Brasil - Gás de Xisto - em respeito à proteção à vida humana e ao meio ambiente.